

Parecer nº 88/98

Data: 1998.07.29

Processo nº 424

Reclamante: Maria José Feio Duarte

Entidade reclamada: Escola Básica 2-3/S de Ansião.

1. Maria José Feio Duarte, 2º oficial de uma Escola Básica, identificada nos autos, veio reclamar de despacho que não lhe autorizou reprodução por fotocópia ou certidão de fichas de notação de funcionárias suas colegas.

O despacho em causa deferiu o requerimento de acesso à ficha de notação da funcionária em causa e indeferiu a pretensão de acesso a fichas de terceiros. A requerente informa a CADA de que os documentos em causa se destinam "a impugnação, em processo de recurso", da sua classificação de serviço.

A requerente foi informada pelos serviços da CADA sobre a natureza da reclamação, não suspensiva de prazos legais em relação a mecanismos de impugnação ao seu dispor.

2. Sendo certo que os cidadãos que se dirigem à CADA não têm de revelar o motivo pelo qual exercem o seu direito de acesso a documentos da Administração, e sendo também incontroverso que a via prevista na Lei 65/93 não é incompatível com as demais que a lei estabelece (mas também não opera nenhum efeito suspensivo sobre elas), a informação prestada pela requerente só releva para reconstituir a situação que cumpre apreciar - qual seja se os documentos pretendidos podem ser acedidos ao abrigo da LADA.

Não ignora a requerente, antes reconhece na sua reclamação, que os processos de classificação têm no direito aplicável carácter confidencial, obrigando os intervenientes a sigilo. Só o notado pode requerer e obter certidões da sua ficha de notação (cfr. art. 28º do Decreto Regulamentar nº 44-A/83 de 1 de Junho).

A notação gera dados pessoais. O conhecimento desse tipo de dados por terceiros é, em geral, excepcional em homenagem à protecção de relevantes valores ligados à esfera de privacidade dos cidadãos.

No caso vertente, porém, o acesso de terceiros é proibido pelo citado decreto regulamentar. É certo que tal restrição de acesso é reputada inconstitucional pela requerente; contudo, não interessa apreciar, nesta fase, como veremos, essa eventual inconstitucionalidade.

3. De acordo com a Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA) - Lei nº. 65/93, de 26 de Agosto, com as alterações constantes da Lei nº.8/95, de 29 de Março, quando os documentos administrativos contenham dados pessoais (que a lei define como "informações sobre pessoa singular, identificada ou identificável, que contenham apreciações, juízos de valor ou que sejam abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada"), o acesso é "reservado à pessoa a quem os dados digam respeito e a terceiros que demonstrem interesse directo e pessoal" (art. 7º/2).

Mas mesmo quando haja interesse directo e pessoal, tal acesso tem de ser medido em função da disposição constitucional que expressamente garante a intimidade da vida privada. A Administração aberta prevista na Constituição não implica o indiscriminado acesso a dados pessoais alheios.

4. Ora a requerente, para ver reconhecido o seu interesse directo e pessoal, deveria ter solicitado parecer prévio à CADA nos termos do nº 3 do artigo 8º da LADA. Não o fez: solicitou directamente à Administração dados pessoais de terceiros, isto é, dados que contêm apreciações e juízos de valor.

Nestes termos a CADA indefere a reclamação apresentada.

Lisboa , 29 de Julho de 1998

José Magalhães (Relator) – Silva Marques – Narana Coissoró - Vasco Almeida - Francisco de Brito - José Renato Gonçalves – Gameiro dos Santos – Branca do Amaral - João Labescat - Castro Martins (Presidente)